



Grupo Parlamentar CHEGA

Nota de Imprensa

CHEGA MARCA DEBATE DE URGÊNCIA SOBRE HOSPITAL DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

O Grupo Parlamentar do CHEGA Açores marcou um debate de urgência, já na sessão plenária de Fevereiro na Assembleia Legislativa Regional, sobre o Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada.

Os parlamentares entendem que é necessário esclarecer toda a situação envolvendo as decisões tomadas após o incêndio que deflagrou no Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), a 4 de Maio de 2024, que levaram à instalação do hospital modular.

Para o líder parlamentar do CHEGA, José Pacheco, é preciso esclarecer toda a situação, uma vez que a instalação do hospital modular foi criticada, em comissão parlamentar, por um membro do anterior Administração do HDES que afirmou que em Agosto era possível ter o hospital a funcionar tal como antes do incêndio.

“Não podemos andar a brincar com um assunto tão sério. Os Açorianos viram as suas consultas, os seus exames, os seus diagnósticos, serem adiados porque, supostamente, o Hospital precisava de obras e não era fácil recuperar os danos. Afinal, parece que era possível reabrir o Hospital em Agosto passado, sem necessidade de se gastar milhões de euros num hospital modular e no seu equipamento. É preciso esclarecer tudo isto”, refere José Pacheco.

Para o parlamentar “também é muito grave que uma decisão de avançar para uma solução modular não tenha sido discutida com o Conselho de Administração e tenha sido, aparentemente, imposta pela Direcção Clínica e pela tutela. E não nos podemos esquecer que a Direcção Clínica era liderada pela actual Presidente do Conselho de Administração. Há muita coisa que precisa de ser bem esclarecida”.

José Pacheco lembra que o CHEGA sempre disse que iria ser vigilante e fiscalizador de todo o processo do HDES, após o incêndio, tendo feito visitas ao Hospital, pedido explicações em requerimento e questionado, em sede de comissão e no Parlamento, as decisões tomadas. “Sempre dissemos que, a avançar, o hospital modular teria de ter carácter provisório. No entanto, agora temos de questionar tudo. Está em causa a saúde dos Açorianos. Há muitas perguntas que precisam de resposta”, afirmou José Pacheco.

Ponta Delgada, 30 de Janeiro de 2025

CHEGA | Comunicação